

As razões do impasse

João Paulo de
Almeida Magalhães *

Existe hoje uma aceitação generalizada de que a sociedade brasileira se acha diante de um impasse. Propostas de soluções se multiplicam, freqüentemente cercadas de expectativas otimistas, para serem, logo depois, enterradas sob o peso de críticas e resistências de toda ordem. E nada indica que esse estado de coisas venha a se modificar, pelo que suas causas fazem jus a exame mais acurado.

Minha tese é que nos achamos diante dos gravíssimos corolários da alienação profunda, e aparentemente inarredável, das elites brasileiras. Vejamos por quê. O desenvolvimento do país se acha em situação de virtual colapso sem qualquer expectativa de uma próxima recuperação. Ora, paradoxalmente, qualquer especialista na matéria colocaria o Brasil, pela sua dimensão física e populacional, abundância de recursos naturais, tamanho do mercado interno, nível de produção industrial etc., como uma das economias promissoras do Terceiro Mundo.

Não se trata aqui de impressão subjetiva. O Brasil conseguiu atravessar a Grande Depressão dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial com firme incremento nos seus PIB e produção industrial. No período de pós-guerra e, até 1980, registramos uma das maiores taxas de crescimento do mundo. Ocorre então a pergunta: isto não significa, por si só, que nossas elites são capazes de proporcionar bons resultados ao país? A resposta é, infelizmente, negativa. A experiência supra-referida resultou de condições históricas favoráveis, combinadas com as excepcionais potencialidades do país. Durante todo século XIX e primeiro quartel do século XX as manufaturas brasileiras só não prosperaram porque nossas elites, baseadas na ortodoxia liberal, se recusavam a proporcionar-lhes a indispensável proteção. O surto industrial dos anos trinta e período de guerra só ocorreu porque não tínhamos como adquirir no exterior os produtos correspondentes. Celso Furtado se refere inclusive à curiosa situação de que medidas destinadas a expressamente proteger a Agricultura resultaram favoráveis à Indústria.

Após a Segunda Guerra nosso parque fabril cresceu em função das dificuldades cambiais. Poder-se-ia, nesse sentido, lembrar um paradoxo: diante da falta de uma política protecionista, se houvessemos, na década dos cinquenta, recebido as benesses de um Plano Marshall, estariamos muito pior que agora. O que acontece hoje é que a partir da década de oitenta surgiram contingências históricas desfavoráveis que nossas elites não são capazes de enfrentar porque não compreendem o que está ocorrendo. Pela primeira vez, no último meio século, somos submetidos a um teste e estamos fracassando redondamente.

A causa da alienação das nossas elites é facilmente explicável. Um país subdesenvolvido não gera idéias mas as importa. Isso não tem grande consequência quando se trata de vacina contra a paralisia infantil ou técnicas para tratamento de câncer. Em ciências sociais, contudo, as coisas são diferentes. O que é remédio no Norte pode ser veneno no Sul (a total liberdade de comércio atrasou de 100 anos nossa industrialização, as fórmulas an-

tiinflacionárias ortodoxas constituem receita certa para uma estagnação crônica).

Especificamente, nossas elites intelectuais e lideranças políticas não percebem que nosso desenvolvimento nada tem a ver com o que aconteceu no passado em países de economia madura. Nestes, um aumento de 10% do produto por habitante beneficiava de maneira relativamente uniforme toda população. Aqui a mesma vantagem se concentra no setor moderno que não abrange mais que 20% a 30% da população. É a pequena e rica Bélgica ao lado da grande e miserável Índia. Nossas elites e lideranças insistem em viver na Bélgica com todas as consequências negativas dessa opção.

Sindicatos como a CUT, CGT e Força Sindical obtêm sistematicamente reajustamentos salariais acima da inflação, no justo momento em que o produto por habitante do país declinou de 6%. Nada se faz contra isso porque se considera que, como na Bélgica, essas entidades representam os trabalhadores desvalidos lutando contra empresas exploradoras. Na verdade eles não representam mais do que 18% da massa trabalhadora e não disputam coisa alguma com as empresas, porque estas transferem para os preços todos os aumentos salariais concedidos.

Nossos constituintes, contemplando a miséria da Índia, das alturas da prospera Bélgica, resolvem corrigir a situação através de normas legais que inviabilizam todo o desenvolvimento, ou seja, a gradual absorção pela Bélgica da população da Índia.

Da mesma forma que importamos do Primeiro Mundo a mais moderna tecnologia disponível, incorporamos (e ampliamos) suas vantagens sociais (aposentadoria, estabilidade do funcionalismo, direito de greve etc.) e liberdades democráticas (voto para analfabeto e menores de 18 anos). Será necessário lembrar que, na Europa, até o último quartel do século XIX (que corresponde aproximadamente ao nosso atual estágio de desenvolvimento), os sindicatos eram proibidos e o número de eleitores limitados por critérios diversos, inclusive pelo nível de renda?

A solução não é, evidentemente, fechar sindicatos ou limitar o número de leitores. Cumpre somente compreender que não vivemos na Bélgica e adotar as medidas consequentes. Os sindicatos do setor moderno não representam o trabalhador mas uma minoria que (com a passividade ou cumplicidade das empresas) estão impondo um duro tributo a 80% dos brasileiros deles excluídos.

Quanto ao processo eleitoral, se vamos aceitar que a Índia desvalida continue a votar (e qualquer outra solução não pode ser considerada) é necessário que nossas elites políticas lutem pelo seu voto. Na prática isso significa pura e simplesmente temperar seus programas com boa dose de populismo. Ou vamos aceitar que eleições presidenciais continuem a ser disputadas por Collor de Mello, Brizola e Lula, que essas mesmas elites consideram despreparados e os fatos estão, infelizmente, mostrando que isso é verdade?

O impasse é grave e o prazo para resolvê-lo, curto. A solução só será possível se os nossos belgas reconhecerem que a Índia existe (e existirá por muito tempo) em vez de ignorá-la ou, pior ainda, tentar transformá-la em Bélgica por via legislativa.